

# Sinepe prevê acordo e admite que só 30 escolas têm *dificuldades*

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do DF (Sinepe) entrou ontem com processo pedindo à 3ª Vara da Justiça Federal que explique em detalhes a liminar que determina o reajuste de 144 por cento para as mensalidades. "Se a explicação for a que pensamos, o problema estará resolvido", afirma o presidente da entidade, Jaime Zveiter, que esteve durante o dia com o procurador da República, João Batista de Almeida, e com o consultor jurídico do Governo, José Milton.

No Palácio do Buriti, apenas a promessa de que se tentaria chegar a uma solução. Foi na Procuradoria que ficou acertado o envio do processo. Segundo Zveiter, a liminar deixa margens para várias interpretações. Apesar de impor os 144 por cento, diz que tal índice será aplicado até que se prove cabalmente que o reajuste deva ser outro. "Se isso ficar confirmado e como cada escola

tem como provar que precisa de determinado reajuste, diferente do imposto, não haverá mais problemas", acredita. Difícil, no entanto, é chegar a uma interpretação única.

No entender do presidente do Sinepe, o importante é que as 110 escolas particulares do DF sintam segurança de que não estão na ilegalidade. Ele informou que a paralisação é quase total e que prejudica cem mil alunos. "Só conheço um estabelecimento que não parou, alegando ter feito acordo com os pais, mas existem outros 17 que também fizeram esse acordo e mesmo assim aderiram ao movimento. É uma questão de solidariedade", completou.

Conforme seus dados, apenas 30 colégios estão em situação difícil. São aqueles que, com a liminar, tiveram que baixar os preços, estipulados com base nos custos e que, por isso, ultrapassaram os 144 por cen-

to. Zveiter fez uma retrospectiva dos acontecimentos. Ele lembrou que, de julho a dezembro de 1988, vigorou a URP para o reajuste. Em dezembro de 1988, o Decreto 95.921 determinou que cada escola faria seu preço, provando, em planilha, que o lucro não ultrapassaria 10 por cento. Com o congelamento de janeiro deste ano, algumas escolas tiveram prejuízo porque ainda não estavam com as mensalidades atualizadas.

Em maio, o descongelamento trouxe de volta o esquema da planilha, desta vez, única e entregue todo o mês ao Conselho de Educação e à Sunab. Setembro foi o mês onde "começou a loucura", como define Zveiter. Surgiu a liminar da 3ª Vara. "Com base em quê uma lei manda esquecer tudo que foi determinado antes, se as escolas já tinham feito seus reajustes de acordo com a realidade da comunidade onde está instalada"?